



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

**XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA**

**A EUROPA E A REEMERGÊNCIA DO NACIONALISMO RADICAL**

Lisboa, 17-19 de Novembro de 1993

**O REGRESSO DO RECALCADO?**

**(ACERCA DO FENÓMENO NACIONALISTA NA EUROPA OCIDENTAL)**

**Eduardo Lourenço**

Ensaísta

Não deixa de ser insólito que a uma semana apenas do nascimento oficial da «União Europeia», estejamos aqui reunidos para reflectir sobre o fenómeno do *nacionalismo*, não em perspectiva histórica ou académica, mas como questão candente. Questão candente para nós, europeus, se consideramos esse fenómeno relacionado ou expressão adequada não só com os acontecimentos que têm lugar na ex-Jugoslávia, mas também com aqueles que, embora mais distantes, afectam a área de influência da também ex-União Soviética. Mas não é certo que tais acontecimentos ilustrem, com real pertinência, ou se situem na mesma configuração histórico-política, característica de uma bem determinada época da vida europeia, sub-determinada pela luta entre as nações decididas a hegemonizar o espaço europeu ou a impedir a possibilidade de tal hegemonização. Sumariamente essa época – que se não tivesse sido tão sinistra, podia ser designada como *idade de ouro do nacionalismo* – vai desde o Congresso de Viena até aos começos da Segunda Guerra Mundial, sua expressão paroxística e absurda. O Congresso de Viena consagra a realidade e o quadro da «nação» como o actor e o espaço políticos naturais da cena europeia, a última guerra, quaisquer que fossem os resultados, teria como consequência a relativização ou mesmo a negação dessa ordem europeia como equilíbrio e coexistência de estados soberanos em situação de se opor uns aos outros numa óptica *nacionalista*.

Com efeito no pós-guerra – e dentro do espaço europeu – nenhuma nação, nem a única vencedora, a Inglaterra que nunca foi «nacionalista» no sentido continental, estavam em condições de perpetuar a «guerra civil» sob pretextos ou em função de discursos identitários. *Le jeu ne valait plus la chandelle*. Nem era possível. Por um lado a Europa ocidental vive protegida sob o escudo americano, apercebendo-se vagamente que o antigo cenário dos confrontos nacionais – suscitadores dos reflexos e dos discursos nacionalistas – não tem sentido, por outro a Europa de Leste suprimiria todas as veleidades ou espaços para a expressão *nacionalista*, subsumindo-se ou dissolvendo-se na *universalidade* ficcional da ideologia internacionalista. O «nacionalismo» sobrevive como reflexo de arcaísmo político, conotado com a direita. Fora da Europa, na Ásia, na África, a referência «nacionalista» muda de sinal e consagra os grandes heróis da emancipação colonial. É interessante notar que só na Europa – e a do século XX, sobretudo – o «nacionalismo» e os «nacionalistas», relevam de conotações negativas, pejorativas ou grotescas. Mustapha Kemal foi – e continua sendo – um herói do nacionalismo, como no pós-guerra, Nasser, Nehru, Sukarno, Lumumba, Castro, Amílcar Cabral.

O «nacionalismo» europeu perdera o seu perfil revolucionário – de Garibaldi, o da Irlanda – em Sarajevo. Precisamente em Sarajevo. E só sob camisas negras ou

castanhas ou azuis ou verdes recupera a sinistra importância e influência que será a sua entre as duas guerras. É esta memória – ainda tão viva apesar da vontade de esquecer, rasurar ou até dourar – que se vincula, para nós, europeus ocidentais, o fenómeno e o sintagma histórico-político do *nacionalismo*. Notemos como no discurso mítico com que entretemos a nossa imagem europeia de *espaço* idealmente – ou simbolicamente – alheio à cultura e aos reflexos do nacionalismo, na sua expressão perversa, o fenómeno do «nacionalismo» aparece como uma espécie de acidente ou de tentação quase incompreensíveis. Os tremendos desmentidos dos factos – entre eles o de duas guerras de repercussão mundial – não foram suficientes para nos convencer de que o *nacionalismo* não só é uma componente e mesmo uma invenção da história europeia – como justificação, mesmo nas suas fórmulas mais repulsivas ou delirantes, da invenção da *nação* como forma política original e mesmo vital para homem moderno – como um fantasma sempre presente no nosso horizonte.

Precisamente para que a pulsão nacionalista – ou que através dela confere o máximo de dignidade à vontade de poderio inerente a todos os povos politicamente organizados – encontrasse um derivativo, imaginaram os três pais da Europa – cada um deles filho de um país vencido – a construção de um espaço comunitário onde o reflexo nacionalista se tornasse cada vez mais improvável. Ao menos, termos do antagonismo só resolúvel pelas armas. Na aparência – mas também a um nível mais profundo que o da mera expressão política das diversas nações europeias implicadas nessa construção – o resultado é positivo. Os problemas que a ressurgência do *nacionalismo*, que aqui serão autorizadamente abordados, põem à Europa, directa ou indirectamente, não radicam no espaço comunitário. São, em sentido literal, problemas da sua *fronteira*. Talvez por isso – mas não só – a Europa comunitária, depois de ter passado meses com os olhos colados às imagens insuportáveis de Dubrovnik ou de Sarajevo, sem meios para resolver o que passa como *mera expressão de um nacionalismo arcaico*, resolveu, inconscientemente, *não olhar mais*, admitindo mais ou menos a existência de uma Europa anómala ao lado de uma Europa normal, imune ao nacionalismo e à barbárie que o acompanha. Isto quer dizer, também, que, simbolicamente, a questão do nacionalismo não nos diz respeito, senão a título de passado. De algum modo estamos mais atentos às convulsões nas franjas do grande Império ex-soviético de que não podemos medir as consequências. Como boa americana, Susan Sontag, não pôde suportar o escândalo da impotência europeia. Numa época oficialmente democrática, em plena vigência da «nova ordem mundial», do triunfo das ideias dos direitos humanos e da sua universalidade, qualquer coisa de

tão opaco e arcaico como a violência exercida em nome do ideal da nação – e mesmo da pura *etnicidade* – parece-lhe absurda na cena europeia.

É um facto que a tragédia jugoslava ocupa – ou ocupou – a cena europeia. Mas já se pode discutir se tal tragédia releva realmente não só do *clássico* nacionalismo europeu – defesa e exaltação do nacional, culto dos valores e dos mitos identitários particulares – que, ao menos simbolicamente, emerge como resposta a uma ameaça, ou do novo nacionalismo de povos potencialmente já nações a quem as circunstâncias impunham um estatuto de subalternização política, económica, cultural, como o Azerbaijão, o Turquestão, o caso dos curdos, etc. O caso da Jugoslávia parece pouco enquadrável na problemática mais profunda e mais lata da ressurgência nacionalista na Europa. O expansionismo e a violência sérvios, como o croata, não se acompanham de nenhum discurso justificativo de carácter realmente nacionalista, a não ser sob a forma de exclusão do outro, no caso muçulmano. É uma prática desapiedada, política sem dúvida, de uma classe dirigente ameaçada pela deslocação da referência marxista a leste – mesmo se a sua é heterodoxa – mas sobretudo *clássica*.

A árvore – trágica – da ex-Jugoslávia em vez de exemplificar o fenómeno da ressurgência nacionalista na Europa, de algum modo, esconde-o. Para nós, o fenómeno mais interessante da ressurgência do nacionalismo – que nalguns casos é a mera restauração ou recuperação do estatuto de plena soberania *nacional* com o fervor com que se acompanha – em países como a Polónia, a Lituânia, a Estónia, a Eslováquia e outros que sempre foram *nacionalistas*, como o era a Roménia antes e depois da queda de Ceausescu. Que Lech Walesa exalte a «Polónia santa, eterna, católica» está na ordem das coisas e mesmo os antigos comunistas – se é que não o foram sempre – são em toda a parte fervorosos nacionalistas. Nem dá para ironizar lembrando a esse respeito uma célebre fórmula de Lenine, deslocando-a: «o nacionalismo como último estágio do comunismo».

O *nacionalismo*, qualquer que seja a sua versão, é sempre de estrutura *ideológica*, no sentido marxista e apropriado do termo, a máscara de outra coisa, a cobertura mais óbvia, natural, de sucesso garantido, para tapar uma carência e sobretudo uma impotência. Não deve estranhar-se que paixões que durante quase meio século foram como que despossuídas da sua *identidade*, humilhadas política e culturalmente, procurem refúgio nos seus valores ancestrais antes de terem os meios de dialogar e de se adaptarem, como sujeitos activos, ao mundo dos outros.

Estranho é que nações que durante quarenta anos não só se decidiram a ser parceiras umas das outras, mas em conjunto a desempenhar cientemente um papel

de *actoras* da História – refiro-me naturalmente à Europa dos Doze – de súbito duvidem do seu projecto, cedam à tentação não de parar mas de regressar, como dizia Camões, ao *pátrio ninho*. É esta ressurgência do reflexo nacionalista no interior do espaço europeu que é o fenómeno digno de meditação. À superfície da realidade empírica europeia nada parece particularmente significativo e grave. Decerto multiplicam-se os conflitos de interesses à medida que o tecido de normas e regras de âmbito europeu se torna mais cerrado, surge o desencanto com a persistência da recessão e o aumento do desemprego, e para coroar tudo a Europa como um *todo* (ao menos no papel) toma consciência da sua *impotência* para dialogar de igual para igual com os Estados Unidos ou Japão.

Estávamos já nesta situação defensiva quando surgiu o conflito que chamámos a «guerra do Golfo» e donde a Europa como um parceiro fiável esteve ausente. Representando-a – mas sobretudo a si mesma como potência nuclear e membro da Comunidade – esteve a França e, naturalmente, a Inglaterra. Pura figuração guerreira, política e simbólica, mas comandada por um imperativo nacional. Como nacional será o reflexo francês no momento crucial da queda do muro de Berlim, que durante décadas serviu à Europa de paradoxal linha Maginot. Em vão, François Mitterrand se esforçou por salvaguardar a independência da Alemanha de Leste. Deste autêntico tremor de terra que deslocava toda a arquitectura política europeia desde o fim da guerra, a Europa em construção nunca mais se recompôs. A aceleração do ritmo dessa construção revelaria a fundura do rasgão interior do tecido europeu. O «não» dinamarquês foi apenas o sinal e o revelador das tendências, até então latentes, hostis à ideia mesma da União Europeia, aceite nos discursos mas impugnada no seu perfil político transnacional e concretamente combatida como espaço financeiro da moeda comum. Todo o traço de euforia europeizante desapareceu. Na ratificação do Tratado de Maastricht a França dividiu-se ao meio na maior das confusões. E sem grandes surpresas para quem conhece a história francesa e a força de um discurso político-cultural em que o *nacional* é vivido espontaneamente como universal, a corda nacionalista, tocada ao mesmo tempo pela esquerda radical – comunistas mas também socialistas como Max Gallo – e pela direita tradicionalista, encontrou um inegável eco. Contra o espectro de uma *Europa alemânica* até os manes de De Gaulle foram convocados. Sem alardes, o imperativo *nacionalista*, até então submerso pela exigência europeísta, ganhou terreno. Não tem, como a assumida postura euro-céptica ou mesmo anti-europeia da Inglaterra um perfil definido, contrário a qualquer hipótese de transferência – hoje ou amanhã – de soberania. É uma postura *depressiva*, uma baixa de tónus europeísta que nenhum dado concreto, nenhuma

situação objectiva, na ordem económica, tecnológica, financeira mesmo, justifica. Da mitologia da construção europeia fazia parte a ideia de inventar um pólo, um espaço não só económico, mas de convergência tecnológica e de sinergia cultural, capaz de equilibrar os representados pelos Estados Unidos e pelo Japão. Na verdade, e desde o início, nenhuma *ideia clara* da expressão política que melhor assegurará a coerência do projecto europeu, norteou a construção empírica dos mecanismos comunitários, salvo a implícita de que a existência de tais mecanismos enfraqueceria e tornaria obviamente inadequado o quadro nação e, na prática, contribuiria para o surgimento de uma consciência europeia.

Os *europeístas* subestimaram não só a dificuldade de promover concretamente um sentimento de responsabilidade e de envolvimento na construção europeia como a fundura do laço *nacional* que estrutura a vivência cultural de cada europeu. Há apenas um ano – no âmbito e sob o signo já não euforizante de Maastricht – realizou-se um colóquio subordinado ao tema *As Tribos e a Europa*. Nem sequer era o fruto de uma provocação, mas seria difícil sublinhar com mais força a *inconsciência* com que europeístas convictos imaginaram que *as nações* eram um arcaísmo, que a dinâmica da construção europeia só por si condenava. As «nações», são talvez um arcaísmo – em relação a quê? – mas não são *tribos*, sociedades mais ou menos sem regras de jogo de assumida racionalidade, evoluindo como as antigas tribos de Israel ou os novos nómadas num espaço-deserto que seria o da Europa ou do mundo após o fim da *polarização* entre o Ocidente capitalista e a ex-União Soviética. Não só por toda a parte sociedades de longa tradição histórica e cultural, de nível de desenvolvimento análogo ao de povos que há muito são *nações* reclamam o estatuto nacional – do País Basco, de Galiza e da Catalunha, às múltiplas componentes do ex-Império soviético, como as *velhas nações* do Ocidente – em particular a *nação protótipo*, madrinha da Europa, a França, neste momento decisivo de aceitar ou reforçar o que de transnacional existe já na União Europeia, desiste, descobre e redefine a sua mitologia nacional, e sintoma mais significativo ainda, *redescobre* aquele reflexo *nacionalista*, por excelência, fundamento de todos os outros, o *nacionalismo cultural*. Como se fosse um pequeno Portugal, ou uma Catalunha ressentida, a justo título, da sua subalternização histórica à Espanha castelhana. É esta forma de *nacionalismo*, a verdadeira novidade, a maior *ameaça* pois que situada no coração mesmo da pulsão europeísta que até aqui condicionava o que Dominique Wallon designa positivamente como a *utopia europeia*, contra a construção europeia.

Decerto este sobressalto francês, a reivindicação da famosa *excepção francesa* é apresentada como exemplo de uma *resistência cultural* não à essência, expressões,

domínio da cultura europeia – não se trata de um «isolacionismo» no interior do espaço europeu que culturalmente, durante séculos, foi campo privilegiado da cultura francesa, mas de *patriotismo e defesa do património europeu* sob a bandeira francesa, contra a ameaça cultural e latamente económica-político-ideológico-cultural, representada pelos Estados Unidos. Na medida em que o *cultural* releva ou implica o económico – na medida em que é *produto e bem de consumo*, a sua identificação e defesa são necessárias. Mas é um combate duvidoso ou uma péssima querela imaginar a *defesa da Europa* por analogia com as regras que devem presidir às tácticas comerciais, nesta espécie de linha Maginot cultural. De repente, a Europa deu-se conta que o dinossauro de *Jurassic Park* era uma ameaça mais devastadora ao nosso património cultural, à nossa *identidade* europeia, que o antigo e familiar leão da Metro Goldwyn Mayer. As revistas francesas encheram-se com títulos do género «O assalto americano», etc. Para um europeísta convicto, e convicto sobretudo de que os *referentes culturais* ou o lugar que a cultura ocupa tradicionalmente no passado europeu, não são da mesma natureza, nem têm a mesma função que na *cultura americana*, esta tão tardia tomada de consciência da defesa cultural desses valores, pode parecer um bem e uma necessidade. Em suma, este nacionalismo cultural (sob versão francesa) seria mais aceitável e menos perigoso que as ressurgências nacionalistas de carácter político, potencialmente agressivas e no espaço europeu, inimigas de uma sonhada União Europeia e mais ainda de uma mítica Nação-Europa. Na verdade esta *ressurgência nacionalista cultural* – que não é só típica da França – só confirma a *fragilidade da construção europeia*. Não era possível exemplificar melhor a tentação de *recolher à casa própria* que com esta imaginária luta contra a cultura americana que só acentua a *incoesão* e a incapacidade de imaginar realmente um projecto cultural europeu, de conceber um ideal mais ou menos viável, num horizonte que mereça ser vivido, sentido construído, inventado, como o de uma Europa de diferenças e de nações, mas com uma finalidade histórico-política comum, minimamente convivida pelos europeus das diversas culturas europeias. Pode e deve admitir-se que a *cultura é uma excepção* – que não deve pensar-se ou negociar-se o seu destino como o da agricultura europeia – mas não enquanto excepção francesa, alemã, inglesa, espanhola, portuguesa ou italiana. Ir ao Parlamento Europeu, com a fina flor da cultura francesa no domínio do cinema, do teatro, do audiovisual é dar corpo aos velhos demónios das *identidades culturais fortes e hierarquicamente* entendidas, fonte no fundo de um escabroso nacionalismo. Era a Europa nas suas diversas componentes – Claude Berri, mas também Almodóvar, Rossi, Manuel de Oliveira, etc., que deviam ter ido a Estrasburgo, não para se defender dos Spielberg ou dos Clint Eastwood, ou do cinema americano que há um século nos alimenta, nos

distrai, mas para estabelecer *meras regras* de simples alcance comercial – mesmo assim amplas, e não para mobilizar a Europa contra a América. A defesa não reside noutra coisa que na capacidade europeia – de uma Europa solidária – em *oferecer* produtos que se imponham por si mesmos. Nada mais sintomático da actual melancolia europeia que esta cruzada – destinada ao insucesso – contra os Estados Unidos como *sujeito cultural* em nome de um *patriotismo europeu que não existe*. Criemos, inventemos, forcemos a Europa que já existe, vençamos dentro de nós os *demónios nacionalistas* que durante séculos nos dividiram – mas também nos criaram – tais como somos – cidadãos de uma *Europa* de nações. O resto virá por acréscimo.

Lisboa, 17 de Novembro de 1993